

Demonstrações Financeiras

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul
Pelotas - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 4, 14 e 21.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 18.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Luiz C. Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.492	13.531
Clientes	6	11.382	11.604
Despesas antecipadas		11	12
Tributos a recuperar		-	78
Outros créditos		864	712
Total do ativo circulante		42.749	25.937
Não circulante			
Depósitos judiciais	7	633	454
Imobilizado	8	5.695	4.895
Intangível	9	291.543	250.238
Total do ativo não circulante		297.871	255.587
Total do ativo		340.620	281.524

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		6.362	4.399
Empréstimos	11	79	149
Debêntures	12	50.016	167.661
Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.593	2.244
Obrigações sociais e trabalhistas		3.043	2.820
Partes relacionadas - fornecedores	13	4.967	985
Provisão para manutenção	14	7.881	2.589
Imposto de renda e contribuição social a pagar		8.947	8.356
Obrigações com Poder Concedente	15	214	196
Outras contas a pagar		3.596	281
Total do passivo circulante		87.698	189.680
Não circulante			
Empréstimos	11	97	176
Debêntures	12	209.125	-
Provisão para manutenção	14	638	738
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributários	16	1.822	1.941
Outras contas a pagar		2.092	1.310
Tributos diferidos	10.a	5.463	8.138
Total do passivo não circulante		219.237	12.303
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	17.755	17.755
Reserva de lucros - legal	17.c	3.551	3.551
Reserva de capital - plano de opção com base em ações		572	537
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	17.d)	6.907	52.798
Reserva de capital - ágio na incorporação	17.e)	4.900	4.900
Total do patrimônio líquido		33.685	79.541
Total do passivo e patrimônio líquido		340.620	281.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	18	330.478	296.947
Custo dos serviços prestados	19	(163.467)	(134.224)
Lucro bruto		167.011	162.723
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(17.174)	(17.301)
Outras receitas (despesas), líquidas		(2)	(5)
		(17.176)	(17.306)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		149.835	145.417
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	2.831	1.899
Despesas financeiras	20	(27.842)	(25.795)
		(25.011)	(23.896)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		124.824	121.521
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	10.b)	(47.769)	(41.325)
Diferidos	10.b)	2.675	65
		(45.094)	(41.260)
Lucro líquido do exercício		79.730	80.261
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	21	4,49	4,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	79.730	80.261
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>79.730</u>	<u>80.261</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros			Total	
		Capital social	Plano de opção com base em ações	Ágio	Legal	Dividendos adicionais propostos		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2015		17.755	471	4.900	3.551	3.792	-	30.469
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	66	-	-	-	-	66
Dividendos pagos (R\$0,21 por ação)	17.d	-	-	-	-	(3.792)	-	(3.792)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	80.261	80.261
Destinação do lucro:								
Dividendos intermediários pagos (R\$1,55 por ação)	17.d	-	-	-	-	-	(27.463)	(27.463)
Constituição para reserva de dividendos (R\$2,97 por ação)	17.d	-	-	-	-	52.798	(52.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		17.755	537	4.900	3.551	52.798	-	79.541
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	35	-	-	(52.798)	-	(52.763)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	79.730	79.730
Destinação do lucro:								
Dividendos intermediários pagos (R\$1,55 por ação)	17.d	-	-	-	-	-	(72.823)	(72.823)
Constituição para reserva de dividendos (R\$2,97 por ação)	17.d	-	-	-	-	6.907	(6.907)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		17.755	572	4.900	3.551	6.907	-	33.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	79.730	80.261
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	29.249	19.675
Perda/baixa de ativo imobilizado e intangível	41	83
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	24.527	23.888
Constituição de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributários	786	830
Atualização monetária de perdas cíveis, trabalhistas e tributários	338	115
Constituição de provisão para manutenção	13.147	2.505
Atualização monetária provisão para manutenção	393	630
Levantamento de depósitos judiciais	87	313
Atualização monetária de depósitos judiciais	(27)	(68)
Plano de opção com base em ações	35	66
Capitalização de juros	(373)	(11)
Tributos diferidos	(2.675)	(65)
Obrigações com Poder Concedente	2.911	2.580
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(8)	19
Provisão para imposto de renda e contribuição social	47.769	41.325
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	230	(2.640)
Tributos a recuperar	78	(59)
Despesas antecipadas	1	29
Depósitos judiciais	(239)	(315)
Outros créditos	(152)	465
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.963	(54)
Obrigações sociais e trabalhistas	223	(155)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	349	540
Partes relacionadas - fornecedores	3.982	(6.610)
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributários	(1.243)	(1.287)
Outras contas a pagar	4.097	(764)
Pagamento de provisão para manutenção	(8.348)	(5.992)
Imposto de renda e contribuição social	(47.178)	(36.369)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	149.693	118.935
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.530)	(484)
Aquisição de intangível	(68.492)	(64.660)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(71.022)	(65.144)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações com Poder Concedente	(2.893)	(2.523)
Captação de arrendamento mercantil financeiro	-	185
Captação de debêntures	99.702	-
Pagamentos de empréstimos	(140)	(111)
Pagamento de dividendos	(125.621)	(31.255)
Juros pagos	(32.758)	(27.328)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(61.710)	(61.032)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	16.961	(7.241)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.531	20.772
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.492	13.531
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	16.961	(7.241)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998 com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas. A sede da Companhia fica localizada na BR 116, km 511. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores. O fim da concessão está previsto para março de 2026.

As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico, no qual a Companhia atua.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Moeda funcional de apresentação--Continuação

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

· Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

· Empréstimos

Após reconhecimento inicial, empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

· Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15.
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que sejam demonstradas nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i> , são reconhecidos (as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos (as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou <i>joint venture</i> .	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos--Continuação

- (a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 11,85% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- (b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 15.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	4.850	3.823
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	19.493	3.832
Aplicações compromissadas (b)	-	4.785
Aplicações automáticas (c)	6.149	1.091
	<u>30.492</u>	<u>13.531</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Política contábil--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas e 1,3% em Letra Financeira (LF) e 15,7% em Títulos Públicos. (em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,9% (100,7% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2016, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos menores de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2017 não havia valores para essa modalidade.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o Grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre um e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

6. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico (a)	11.300	11.542
Receitas acessórias (b)	94	82
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (c)	(12)	(20)
	<u>11.382</u>	<u>11.604</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale-pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes--Continuação

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	11.380	11.586
Vencidos:		
Até 30 dias	1	4
De 31 a 60 dias	-	4
De 61 a 90 dias	-	4
Acima de 90 dias	1	6
Acima de 120 dias	12	20
	<u>11.394</u>	<u>11.624</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	20	1
Constituição de PECLD no exercício	34	20
Valores recuperados no exercício	(42)	(1)
	<u>12</u>	<u>20</u>

7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	454	384
Adições	239	315
Baixas/estornos	(87)	(313)
Atualização monetária	27	68
Saldo no fim do exercício	<u>633</u>	<u>454</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Hardwares	6,3	16.092	560	(3)	26	16.675	(14.001)	(1.033)	3	(1)	(15.032)	1.643	2.091
Máquinas e equipamentos	5,9	4.052	1.579	-	-	5.631	(2.974)	(288)	-	-	(3.262)	2.369	1.078
Móveis e utensílios	9,1	1.998	212	(12)	-	2.198	(885)	(190)	12	-	(1.063)	1.135	1.113
Veículos	21,5	930	179	(91)	-	1.018	(357)	(200)	50	-	(507)	511	573
Terrenos	-	9	-	-	-	9	-	-	-	-	-	9	9
Outros	0,3	894	-	-	-	894	(863)	(3)	-	-	(866)	28	31
		23.975	2.530	(106)	26	26.425	(19.080)	(1.714)	65	(1)	(20.730)	5.695	4.895

	Taxas médias anuais de depreciação	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	7,2	15.871	242	(17)	(4)	16.092	(12.872)	(1.146)	17	-	(14.001)	2.091	2.999
Máquinas e equipamentos	7,2	3.945	108	(5)	4	4.052	(2.690)	(289)	5	-	(2.974)	1.078	1.255
Móveis e utensílios	9,0	1.884	110	(47)	51	1.998	(722)	(174)	29	(18)	(885)	1.113	1.162
Veículos	19,5	920	24	-	(14)	930	(178)	(179)	-	-	(357)	573	742
Terrenos	-	9	-	-	-	9	-	-	-	-	-	9	9
Outros	0,2	894	-	-	-	894	(861)	(2)	-	-	(863)	31	33
		23.523	484	(69)	37	23.975	(17.323)	(1.790)	51	(18)	(19.080)	4.895	6.200

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos (vide Nota Explicativa nº 11), de debêntures (vide Nota Explicativa nº 12) ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

9. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

Política contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo			Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de concessão Intangível em Andamento	(*)	371.693	61.909	7.424	441.026	(122.535)	(27.397)	1	(149.931)	291.095	249.158
Softwares de terceiros	-	677	6.827	(7.450)	54	-	-	-	-	54	677
	8,5	1.567	129	-	1.696	(1.164)	(138)	-	(1.302)	394	403
		373.937	68.865	(26)	442.776	(123.699)	(27.535)	1	(151.233)	291.543	250.238

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual			
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Contratos de concessão Intangível em Andamento	(*)	307.956	63.841	(67)	(37)	371.693	(104.795)	(17.760)	2	18	(122.535)	249.158	203.161
Softwares de terceiros	-	-	677	-	-	677	-	-	-	-	-	677	-
	8,4	1.414	153	-	-	1.567	(1.039)	(125)	-	-	(1.164)	403	375
		309.370	64.671	(67)	(37)	373.937	(105.834)	(17.885)	2	18	(123.699)	250.238	203.536

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2017 foi de 6,63% (5,23% em 31 de dezembro de 2016).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados R\$373 de encargos financeiros (R\$11 em 31 de dezembro de 2016).

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017	31/12/2017
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	660	283	(324)	619	(41)
Provisão para manutenção	570	2.655	(890)	2.335	1.765
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	7	8	(11)	4	(3)
Juros capitalizados	(4)	(127)	-	(131)	(127)
Realização do ágio na incorporação	3.279	-	(350)	2.929	(350)
Efeito Lei 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(12.806)	-	1.385	(11.421)	1.385
Provisão para férias e encargos de diretores	156	49	(3)	202	46
	(8.138)	2.868	(193)	(5.463)	
Imposto de renda e contribuição social diferido - (Passivo)					
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					2.675

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

a) *Tributos diferidos--Continuação*

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	(358)
2018	522	(520)
2019	317	(961)
2020	(985)	(961)
Após 2020	(5.317)	(5.338)
	<u>(5.463)</u>	<u>(8.138)</u>

b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	124.824	121.521
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(42.440)	(41.317)
Incentivos fiscais (PAT)	190	232
Gratificações dos diretores	(93)	(166)
Outros	(2.751)	(9)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(45.094)</u>	<u>(41.260)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - correntes	(47.769)	(41.325)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - diferidos	2.675	65
Taxa efetiva	36,1%	34,0%

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional:				
Finame (a)	Novembro/2020	6% a.a.	148	198
Leasing (b)	Março/2018	25,13% a.a.	28	127
			176	325
Circulante			79	149
Não circulante			97	176
Instituição financeira	Índices financeiros exigidos		Garantias	
(a) Itaú	Não exigem manutenção dos índices		Sem garantia.	
(b) Bradesco	Não exigem manutenção dos índices		Nota promissória	

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial do exercício	325	249
Adição	-	185
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	27	42
Pagamento do principal	(140)	(111)
Pagamento de juros	(36)	(40)
Saldo final do exercício	176	325

12. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Principal corrigido	248.000	148.000
Remuneração (juros)	11.324	19.664
Custos com emissão de debêntures (*)	(183)	(3)
	259.141	167.661
Circulante	50.016	167.661
Não circulante	209.125	-

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures--Continuação

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial do exercício	167.661	171.103
Adições	99.702	-
Pagamento de juros	(32.722)	(27.288)
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	24.500	23.846
Saldo final do exercício	<u>259.141</u>	<u>167.661</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/2016 105,7% do CDI *over* quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/2017 115,0% do CDI *over* quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/2020 107% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

O índice financeiro exigido na escritura é: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,5x, calculado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Emissora. O índice medido em 31 de dezembro de 2017 é 1,19x (índice não auditado pelos auditores independentes).

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures--Continuação

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

O índice financeiro exigido na escritura é: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses inferior a 3,0x, calculado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Emissora. O índice medido em 31 de dezembro de 2017 é 1,19x (índice não revisado pelos auditores independentes).

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

O índice financeiro exigido na escritura é: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,5x, calculado anualmente com base nas demonstrações financeiras da Emissora. O índice medido em 31 de dezembro de 2017 é 1,19x (índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures--Continuação

3ª Emissão--Continuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total
2019	-	(57)	(57)
2020	209.211	(28)	209.182
	209.211	(85)	209.125

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Companhia	Debêntures - Série Única - 1ª Emissão	17/11/2014	148.000	258	147.742	107,0% CDI	11,31%
Companhia	Debêntures - Série Única - 2ª Emissão	17/01/2017	50.000	122	49.878	107,5% CDI	9,55%
Companhia	Debêntures - Série Única - 3ª Emissão	02/06/2017	50.000	175	49.825	107,0% CDI	7,68%

13. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo	Passivo	Resultado		
		Não circulante Intangível	Circulante	Receita	Custo	Despesas
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a)	Outras partes	29.369	3.463	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	1.447	-	12.034	6.199
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora indireta	-	51	-	-	609
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (c)	Outras partes	-	6	-	-	68
CBB Indústria e Comércio Asfaltos Ltda (d)	Outras partes	10.880	-	-	-	-
TB Transportadora de Betumes Ltda (d)	Outras partes	2.317	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controladora direta	-	-	281	-	281
Total em 31 de dezembro de 2017		42.566	4.967	281	12.034	7.157
Total em 31 de dezembro de 2016		49.346	985	265	10.838	7.100

- (a) A SBS Engenharia e Serviços Ltda. possui participação acionária de 10% na Companhia e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário na Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a SBS Engenharia e Serviços Ltda. é de R\$126.399. O prazo para execução desses serviços é julho de 2020 e em 31 de dezembro de 2017 há um saldo de serviços a realizar de R\$62.194. Os saldos em aberto a pagar de R\$3.463 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$35.322, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2017, há um saldo em aberto de R\$1.426 (R\$757 em 31 de dezembro de 2016).
- (c) Refere-se ao aluguel do imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento de 30 dias.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$41.571, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é em junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$6.223. Não há saldos em aberto a pagar (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A Companhia e sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecosul loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2017 em R\$1.215.

A administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2018, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.238, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude da valorização das ações da EcoRodovias, base para o pagamento da remuneração baseada em ações (Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock).

A remuneração aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração (fixa/variável)	815	835
<i>Stock Option</i>	35	66
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	103	46
Seguro de vida	2	-
Assistência saúde	38	-
Previdência privada	47	45
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	198	-
	<u>1.238</u>	<u>992</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente à taxa de 11,85% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada dois anos, estando demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção	25.798	14.106	-	-	39.904
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.571)	(959)	-	-	(4.530)
Realização da manutenção	(21.208)	-	(8.348)	-	(29.556)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	2.308	-	-	393	2.701
	<u>3.327</u>	<u>13.147</u>	<u>(8.348)</u>	<u>393</u>	<u>8.519</u>
Circulante	<u>2.589</u>				<u>7.881</u>
Não circulante	<u>738</u>				<u>638</u>

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2016</u>
Constituição da provisão para manutenção	22.900	2.898	-	-	25.798
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.178)	(393)	-	-	(3.571)
Realização da manutenção	(15.216)	-	(5.992)	-	(21.208)
Ajuste a valor presente - realizações	1.678	-	-	630	2.308
	<u>6.184</u>	<u>2.505</u>	<u>(5.992)</u>	<u>630</u>	<u>3.327</u>
Circulante	<u>4.262</u>				<u>2.589</u>
Não circulante	<u>1.922</u>				<u>738</u>

15. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelas variáveis	<u>214</u>	<u>196</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação do pedágio.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações com Poder Concedente--Continuação

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	196	139
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	2.911	2.580
Pagamento	(2.893)	(2.523)
Saldo no fim do exercício	<u>214</u>	<u>196</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Natureza dos custos	Previsão de 2017 ao fim da concessão	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Melhorias na infraestrutura	229.019	239.332
Conservação especial (manutenção)	66.950	66.320
Equipamentos	37.114	12.816
	<u>333.083</u>	<u>318.468</u>

16. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.026	915	1.941
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	298	488	786
(-) Pagamentos	(584)	(659)	(1.243)
(+) Atualização monetária	291	47	338
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.031</u>	<u>791</u>	<u>1.822</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias--Continuação

Política contábil--Continuação

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	1.565	718	2.283
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	203	627	830
(-) Pagamentos	(566)	(721)	(1.287)
(+) Atualização monetária	(176)	291	115
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>1.026</u>	<u>915</u>	<u>1.941</u>

(a) *Processos cíveis*

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2017, R\$15.474 (R\$13.975 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) *Processos trabalhistas*

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2017, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$3.862 (R\$2.007 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 16 de janeiro de 2018, a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e a Companhia (controladora direta da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referente a aquisição, pela Companhia, de 10% do capital social da Ecosul atualmente detido pela Grant. A ECS pagará R\$60.000 por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44.000) será paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16.000, corrigidos pelo CDI) será paga 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela. A conclusão da compra está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, além da comunicação prévia à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, este último recebido em 08 de fevereiro de 2018.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social da Companhia, fica autorizado o aumento do capital social, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo é de R\$3.551, o qual atingiu o limite de constituição de reserva.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$125.621 refere-se a: R\$52.798 saldo de dividendos remanescentes de 2016, já aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 17 de janeiro de 2017, 28 de março de 2017 e 23 de junho de 2017, R\$72.823 dividendos intermediários do exercício de 2017.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	79.730	80.261
Base de cálculo dos dividendos	79.730	80.261
Proposta da Administração		
Dividendos intermediários pagos	(72.823)	(27.463)
Dividendos adicionais propostos (*)	6.907	52.798

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

e) Reserva de capital - ágio

Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Ecosul, gerando um aumento da reserva de capital, decorrente do ágio gerado quando da aquisição das ações da própria Ecosul.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a arrendamento de área para fibra ótica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.
- (c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	134.589	123.986
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	98.933	83.055
Vale-pedágio	57.199	50.723
	290.721	257.764
Receita de construção	65.629	60.888
Receitas acessórias (b)	609	631
Receita bruta	356.959	319.283
Deduções sobre a receita bruta (c)	(26.481)	(22.336)
Receita líquida	330.478	296.947
	31/12/2017	31/12/2016
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	290.721	257.764
Receitas acessórias	609	631
	291.330	258.395
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(8.740)	(7.752)
PIS (0,65%)	(1.894)	(1.680)
ISS (2% a 5%)	(14.551)	(12.904)
Devoluções e abatimentos	(1.296)	-
	(26.481)	(22.336)

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	19.109	18.812
Conservação e manutenção	12.415	11.717
Serviços de terceiros (*)	30.656	27.660
Seguros	886	923
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	2.911	2.580
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14)	13.147	2.505
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nºs 8 e 9)	29.249	19.675
Locação de imóveis e máquinas	1.700	1.675
Custo de construção de obras	65.629	60.888
Outros	4.939	5.090
	<u>180.641</u>	<u>151.525</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	163.467	134.224
Despesas gerais e administrativas	17.174	17.301
	<u>180.641</u>	<u>151.525</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.427	1.801
Juros capitalizados	373	11
Outras	31	87
	<u>2.831</u>	<u>1.899</u>
Despesas financeiras:		
Juros empréstimos e arrendamento mercantil financeiro	(27)	(42)
Juros sobre debêntures	(24.382)	(23.794)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(118)	(52)
Ajuste a valor presente - sobre provisão para manutenção	(393)	(630)
Obrigações fiscais	(338)	(193)
Despesas bancárias	(6)	(4)
Outras despesas financeiras	(2.578)	(1.080)
	<u>(27.842)</u>	<u>(25.795)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(25.011)</u>	<u>(23.896)</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	79.730	80.261
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	17.755	17.755
Lucro básico por ação das operações continuadas	4,49	4,52

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (a)	259.531	167.986
Caixa e equivalentes de caixa	(30.492)	(13.531)
Dívida líquida	229.039	154.455
Patrimônio líquido (b)	33.685	79.541
Índice de endividamento líquido	6,80	1,94

(a) A dívida é definida como empréstimos e arrendamento mercantil financeiro circulantes e não circulantes, debêntures e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nºs 11, 12 e 15.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de capital--Continuação

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por compromissadas e fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 98,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (100,7% em 31 de dezembro de 2016).
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	4.850	4.850
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	11.382	11.382
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	25.642	25.642
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	6.362	6.362
Empréstimos e arrendamento mercantil financeiro (iii)	Outros passivos financeiros	176	176
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	259.141	259.141
<i>Phantom stock option</i> (iv)	Outros passivos financeiros	138	138

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os empréstimos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom stock option* está registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item "Gerenciamento de risco de liquidez" desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Risco de crédito*

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) de R\$7.398 (R\$8.171 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	107,0% CDI	20.104	12.473	152.762	-
Debêntures	107,5% CDI	51.779	-	-	-
Debêntures	107,0% CDI	6.439	4.188	51.810	-
Finame	6,0% a.a.	57,8	54,8	47,7	-
Leasing	25,1% a.a.	29,0	-	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI (a)	1.048	786	524
Juros sobre debêntures	Alta do CDI (b)	(28.102)	(32.277)	(36.454)
		<u>(27.054)</u>	<u>(31.491)</u>	<u>(35.930)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	6,80%	5,10%	3,40%
CDI (b)	6,80%	8,50%	10,20%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas

A Administração da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- Ecosul, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- Ecosul ("Ecosul") foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão.

A Ecosul administra os segmentos da BR 116 entre Camaquã e Jaguarão e a BR 392 entre Rio Grande e Santana da Boa Vista, conhecido como Polo Rodoviário de Pelotas (RS), com 457,3 km de vias federais.

A concessão reúne trechos vitais para as economias regional e nacional, sendo o maior deles o "corredor do Mercosul" (BR 116). Grande parte dos veículos que trafega anualmente pelas rodovias administradas pela concessionária é de carga, com destino ao porto do Rio Grande. Além disso, a Ecosul é o principal acesso para turistas uruguaios em direção ao litoral brasileiro.

Nos últimos anos o escopo do Contrato de Concessão esta passando por uma evolução dos parâmetros de atendimento, principalmente pela incorporação de segmentos duplicados da BR 116 e BR 392, propiciando a melhoria da prestação de serviços aos seus usuários e agregação de valor.

A concessão tem prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecosul agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento com as metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa n.º 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 26.384 mil em 2017, aumento de 1,9%, devido a melhora na economia, clima favorável e aumento das exportações de grãos.

Em janeiro de 2017, foi aprovado reajuste das tarifas de pedágio na Ecosul composto pelo reajuste anual previsto em contrato de 5,1%, degrau tarifário de 1,6% relativos ao aditivo contratual assinado em 2015, e acréscimo tarifário de 3,6% em função da revisão ordinária e pleitos de reequilíbrios aprovados pela ANTT, totalizando um reajuste de 10,3%.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$357,0 milhões em 2017, aumento de 11,8% devido principalmente, ao aumento das tarifas e receita de construção. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$26,5 milhões, 18,6% superior quando comparado com o exercício anterior.

Receita de Pedágio - crescimento de 12,8%, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio e aumento no tráfego de veículos pagantes.

Receita Acessória - decréscimo de 3,5%, principalmente devida à redução da receita proveniente do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – crescimento de 7,8%, principalmente, devido obras exigidas pelo contrato.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$330,5 milhões em 2017. Excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$264,8 milhões, aumento de 12,2% em relação a 2016.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento de 19,2% totalizando R\$180,6 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$72,6 milhões, aumento de 6,1%. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$19,1 milhões em 2017, aumento de 1,6%, devido ao reajuste salarial e otimização de estrutura;

Conservação e Manutenção: R\$12,4 milhões em 2017, 6,0% superior a 2016, resultante do aumento de custos com a manutenção de pavimento;

Serviços de terceiros: R\$30,7 milhões em 2017, 10,8% superior a 2016, principalmente, devido a readequação do contrato de prestação de serviços corporativos da controladora e aumento dos custos com serviços de ambulância e resgate.

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$5,5 milhões em 2017, 6,2% superior a 2016, devido ao incremento da outorga variável em função do aumento da receita de pedágio;

Outros: R\$4,9 milhões em 2017, redução de 3,0% comparado com 2016, devido a redução de contingências;

Depreciação e Amortização: R\$29,2 milhões em 2017, 48,7% superior a 2016, devido ao aumento da base de ativos durante o ano de 2017 e atualização da curva de tráfego para amortização de intangíveis;

Provisão para Manutenção: R\$13,1 milhões em 2017, crescimento devido a maior previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis e à maior base de ativos; e

Custo de construção de obras: R\$65,6 milhões em 2017, 7,8% superior a 2016, principalmente, referente a obras exigidas pelo contrato e pelo aditivo contratual assinado em fevereiro de 2015.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2017, foi de R\$179,1 milhões (margem EBITDA de 54,2%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$192,2 milhões com crescimento de 14,7% e margem EBITDA de 72,6%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$25,0 milhões, crescimento de 4,7% em relação aos R\$23,9 milhões negativos em 2016. O aumento refere-se, principalmente, aos juros decorrentes do registro da Companhia ao *Programa Especial de Regularização Tributária (conforme MP 783/2017)*.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2017, a Ecosul apresentou lucro líquido de R\$79,7 milhões, em linha com 2016.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecosul encerrou dezembro de 2017 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras vinculados de R\$30,5 milhões. A dívida bruta (composta por financiamentos, empréstimos e debêntures) atingiu R\$259,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo 81% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$7,8 milhões.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$229,0 milhões, com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 1,1x.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O Capex realizado pela Ecosul totalizou R\$79,7 milhões em 2017, com destaque para investimentos em manutenção e recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de segurança e recuperação de obras.

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410) – *“Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$92,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.
